

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA: UM ESTUDO NA UTFPR CÂMPUS PATO BRANCO/PR

Policies to Remain: a Study in UTFPR Campus Pato Branco

Políticas de Permanencia: Un Estudio en la UTFPR Campus Pato Branco

Bruna Elen Borcioni Freitag¹
Marlize Rubin-Oliveira²

RESUMO: Este artigo teve como questão: “Como ocorre a implementação e consolidação das políticas de permanência discente na UTFPR – Câmpus Pato Branco?”. Para tanto, o objetivo foi identificar e analisar a implementação e consolidação das políticas de permanência discente na UTFPR Câmpus Pato Branco. O percurso metodológico ocorreu inicialmente com a pesquisa exploratória, nesse processo foram identificadas as principais políticas para permanência discente disponíveis no âmbito da educação superior federal, bem como as implementadas na Instituição. Entende-se por política de permanência tanto o suporte financeiro, como ações de interação com a universidade, inserção em grupos de pesquisa e integração social. No espaço da UTFPR optou-se por aprofundar as informações acerca das políticas de permanência através de entrevistas semiestruturadas com coordenadores de curso e questionários com acadêmicos. Para as análises foram utilizados princípios da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977) e três categorias emergiram no processo: financeiro, formação técnico-científica e formação integral. Conclui-se que as políticas para permanência discente vão além do suporte financeiro e encontram-se ainda em processo de implementação. Tais políticas são gestadas em nível federal e aplicadas nas instituições. A participação da comunidade acadêmica em todas as etapas do processo se mostrou fundamental.

Palavras-Chave: Educação Superior. Políticas de Permanência. Discente.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados obtidos em pesquisa de mestrado desenvolvida na UTFPR Câmpus de Pato Branco entre 2012-2013. Tal pesquisa insere-se no campo de investigação da educação superior, mais especificamente no âmbito das políticas para permanência discente. A questão que norteou a pesquisa foi: “*Como ocorre a implementação e consolidação das políticas de permanência discente na UTFPR – Câmpus Pato Branco?*”.

Frente à questão que encaminhou o estudo, este artigo, teve por objetivo identificar e analisar a implementação e consolidação das políticas de permanência discente na UTFPR Câmpus Pato Branco. Partiu-se de dois pressupostos, primeiro que políticas públicas têm características dinâmicas, são adaptadas e/ou transformadas diante das necessidades de cada momento histórico. Nesse contexto, a percepção dos discentes pode modificar-se em função de situações pessoais e ambientais, reconhecendo a transitoriedade e os diversos fatores

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

² Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Bolsista CAPES/PIQDTec (2007-2011)

envolvidos neste processo. O segundo pressuposto, compreende educação como bem público e, para tanto, o ingresso a todos os níveis de ensino deve ocorrer com condições equitativas para acesso, permanência e formação com qualidade.

Uma das relevâncias do estudo realizado, justifica-se pelo atual momento da Educação Superior no Brasil, principalmente na última década no qual vivenciamos uma onda de expansão, tanto pela via pública quanto pela via privada neste nível de ensino. Dentre os movimentos de expansão podemos citar na via privada, o PROUNI- Programa Universidade para Todos, que foi criado no ano de 2004 pelo governo federal. Este programa concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições de ensino superior.

Pela via pública, observamos o processo de expansão das Universidades Federais, pautado no Reuni - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Dentre os objetivos apresentados pelo programa, estão criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007).

Os levantamentos realizados pelo Ministério da Educação (MEC) demonstram que “com o aumento da oferta de novas vagas, as universidades federais passam a receber um contingente significativo de novos estudantes, muitos deles oriundos de escolas públicas e em condições socioeconômicas desfavoráveis” (MEC, 2009, p.13). Diante de tais informações, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este programa proporciona aos estudantes auxílio para manutenção de condições básicas (alimentação, transporte, saúde, moradia), bem como apoio pedagógico, visando entre outros aspectos diminuir a evasão e repetência. Este programa foi instituído pelo decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

As ações acima citadas fazem parte do que se compreende, nesta pesquisa, por política de permanência. As políticas de permanência abarcam não apenas o suporte financeiro, pois compreende-se que outros elementos estão atrelados a este contexto, como por exemplo a distância da família, a adaptação ao curso, questões pessoais, problemas de saúde, dificuldades pedagógicas, entre outros. O PNAES abarca estas demandas quando insere, por exemplo, a cultura, o esporte, creche e apoio pedagógico entre as políticas de atendimento ao discente.

No que tange à análise de políticas públicas para a educação superior, Mainardes (2006) discute a abordagem do ciclo de políticas, as quais sofreriam influências de diversos contextos. Dentre estes, neste estudo, destaca-se o contexto da prática, no qual a política está sujeita à interpretação e recriação, bem como, produz efeitos e consequências. Mainardes (2006) sintetiza que para os autores idealizadores desta abordagem, o principal é que as políticas não são simplesmente “implementadas” nessa arena (contexto da prática), mas estão sujeitas à interpretação e, então, a serem “recriadas”.

É nesta perspectiva que cabe a análise das políticas públicas para a educação superior, compreendendo-se que existe um espaço pertinente aos envolvidos diretamente em seu processo de consolidação (coordenadores, professores, alunos), aos quais compete contribuir com tal processo, seja na implementação, análise ou, e se necessário, ressignificação.

Considerando-se que o *locus* do estudo realizado foi uma Universidade Federal, foram privilegiadas análises de políticas que têm como foco esta categoria institucional. O presente artigo foi organizado buscando na introdução trazer além do contexto da temática em pauta, apresentar os objetivos e as principais justificativas da pesquisa. A segunda seção busca descrever o percurso metodológico do estudo, apresentar as principais políticas de permanência disponíveis no âmbito da educação superior federal e aquelas implementadas na UTFPR Câmpus Pato Branco, e na sequência analisar tais políticas, com base nos documentos selecionados, entrevistas com coordenadores e questionários respondidos pelos acadêmicos. No processo de análise, emergiram três categorias analíticas, sendo: Suporte Financeiro; Formação Técnico-Científica e Formação Integral. Ao final, apresentam-se considerações acerca dos resultados obtidos ao longo do estudo.

METODOLOGIA

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da UTFPR e teve sua aprovação sob o protocolo nº 18392313.3.0000.5547. O estudo partiu da pesquisa exploratória que possibilitou a identificação das políticas de permanência discente propostas no âmbito da Educação Superior Federal, bem como as implementadas na UTFPR Câmpus Pato Branco. Com base nestes dados fez-se a seleção dos documentos analisados: Regulamento do Programa Bolsa Permanência; Regulamento do Programa de Educação

Tutorial (PET) e Decretos Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID); Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) e Programa Institucional de Bolsa de Desenvolvimento Tecnologia e Inovação (PIBITI). A análise documental ocorreu a partir dos pressupostos da análise de conteúdo proposta por Bardin (1979). Com base na análise de conteúdo buscou-se os significados dos conteúdos explicitados através daquilo que a autora denomina de significantes. Buscou-se, no processo, identificar temáticas que se aproximavam e assim, chegou-se às três categorias analíticas. Com base na pesquisa exploratória também foi definida a estratégia de seleção dos discentes e os instrumentos de coleta de dados.

A coleta de dados iniciou-se através do contato com os coordenadores de curso, de forma a contemplar um curso por área do conhecimento. Considerando-se a disponibilidade dos profissionais, realizaram-se cinco entrevistas nos cursos de: Administração, Engenharia Mecânica, Licenciatura em Letras Português-Inglês, Tecnologia em Manutenção Industrial e Química. No contato com os coordenadores utilizou-se da entrevista semiestruturada tendo como temas abordados: políticas de permanência que o Curso acessa; efetividade das políticas públicas frente ao que se propõe; perfil do Curso e peculiaridades deste frente à permanência.

Além destas entrevistas realizou-se contato com a equipe do NUAPE (Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil), responsável pelos programas disponíveis aos discentes na instituição. No contato realizado com os profissionais do NUAPE, foi possível compreender a forma como ocorre o vínculo entre os profissionais e os discentes, principalmente quanto atendimentos e encaminhamentos prestados. Compete a este setor a organização e implementação dos procedimentos afetos ao Programa Bolsa Permanência.

Quanto à coleta de dados com os discentes, optou-se pela aplicação de um questionário no espaço da sala de aula, contemplando sete cursos da universidade (um curso por área do conhecimento), Administração, Agronomia, Engenharia Mecânica, Licenciatura em Letra Português-Inglês; Química; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Manutenção Industrial. Desta forma, abrangendo cursos anuais e semestrais, diurnos e noturnos, de bacharelado, licenciatura e tecnologia, em períodos intermediários dos cursos escolhidos, sendo o 3º ano (para os cursos anuais) ou 5º semestre (para os cursos semestrais), possibilitando acessar tanto os discentes que utilizam quanto os que não utilizam as políticas para permanência.

O questionário utilizado foi elaborado com base em um instrumento utilizado pela ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) no ano de 2010 (ANDIFES, 2011). Além dos pontos selecionados deste instrumento, foram elaboradas questões concernentes à temática da pesquisa, no intuito de conhecer a percepção discente quanto às políticas públicas disponíveis e aos fatores de adaptação à vida acadêmica potencialmente relacionados à permanência.

A partir da análise dos documentos, das entrevistas e questionários realizados, em que o objetivo foi identificar sentidos e significados dos textos, emergiram as três categorias no processo: Suporte Financeiro; Formação Técnico-Científica e Formação Integral.

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA

Compreende-se que a permanência discente é um fenômeno complexo, influenciado por diversos fatores, sejam estes relativos diretamente ao acadêmico, à instituição, sua estrutura, currículo, corpo docente, estrutura municipal (transporte, habitação, segurança), entre outros.

As políticas de permanência discente são compreendidas neste estudo, não apenas como auxílio financeiro, mas também como toda a ação (programa, projeto) que possa beneficiar o discente em seu percurso na universidade, como por exemplo, integração e socialização ao contexto universitário, estímulos para a pesquisa e participação em atividades de extensão.

Na busca por condições equitativas, não apenas quanto ao acesso, mas principalmente quanto à permanência, surgem diversas demandas. No que se refere à manutenção das condições básicas de vida, alimentação, moradia, saúde, transporte e, também, outras condições necessárias ao desenvolvimento humano, como cultura, esporte, inclusão digital, apoio pedagógico, entre outras. É nessa perspectiva que pauta-se o PNAES.

No âmbito da UTFPR uma das ações desenvolvidas no PNAES é o Programa Bolsa Permanência. Este programa visa auxiliar na permanência do discente na instituição através da oferta de bolsas no valor de 400,00 reais.

Nesta pesquisa, outros programas foram compreendidos como facilitadores da permanência: PIBIC, PIBITI, PIBID e PET.

O PIBIC é vinculado ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e tem por objetivo apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, através da concessão de bolsas de Iniciação Científica a estudantes de graduação (CNPq, 2013). Ao mesmo tempo em que o PIBIC surge para estimular o “gosto” do discente pela pesquisa, proporciona a este uma maior integração a rotina acadêmica, estando envolvido em planejamentos e execuções de pesquisas e eventos científicos, troca de experiências com pesquisadores de outras áreas, possibilitando que este se sinta parte da engrenagem em seu grupo de pesquisa e campo de interesse.

Tais experiências foram identificadas como construção de bagagem do discente na formação profissional, trazendo de imediato um retorno pessoal, de integração e desenvolvimento de um sentimento de “pertencimento”, necessários em períodos de mudanças, em que muitas vezes o jovem sente-se desamparado e afastado de tudo que lhe parecia familiar. O sentido de pertencimento, identificado neste estudo, poder estar vinculado, àquilo que Mainardes (2006) observa enquanto ao contexto da prática em que a política pública pode ser recriada no contexto vivido.

Também vinculado ao CNPq, está o PIBITI, que tem por objetivo estimular os jovens do ensino superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação (CNPq, 2013).

Na mesma linha dos programas anteriores está o PIBID, este vinculado a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O programa foi instituído pelo decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010. Conforme indicado neste decreto a finalidade do programa é fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira (BRASIL, 2010).

Outro programa que figura, nesta pesquisa, como política para permanência discente com estas características é o PET. O PET foi instituído pela lei nº 11.180/2005, e regulamentado por portarias, dentre elas a Portaria MEC nº 976, de 27 de julho de 2010. Considerando o artigo 2º desta portaria, o PET constitui-se em programa de educação tutorial desenvolvido em grupos organizados a partir de cursos de graduação das instituições de ensino superior do País, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Cabe destacar que as cinco políticas públicas oferecidas aos discentes pela UTFPR Câmpus Pato Branco e selecionadas neste estudo, são também as mais amplamente disponíveis no país. Observa-se que dentre estas, apenas o Programa Bolsa Permanência apresenta entre seus objetivos a “finalidade de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica” (MEC, 2013, p.9). O Programa de Bolsa Permanência foi aqui compreendida como uma política **Focal**³ para a permanência discente. Entretanto cabe pontuar que as demais políticas analisadas foram identificadas como políticas facilitadoras da permanência discente, sendo denominadas neste estudo como políticas **Não Focais**.

Ao analisar os programas disponíveis na IES pesquisada, nos documentos oficiais, dados das entrevistas com os coordenadores e dos questionários respondidos pelos alunos, evidenciaram-se, para fins deste estudo, três categorias: Suporte Financeiro; Formação Técnico-Científica; Formação Integral.

SUPORTE FINANCEIRO

A primeira categoria que emergiu no processo de análise está evidenciada no quadro a seguir, ao extrair-se dos documentos analisados trechos que ilustram o suporte financeiro oferecido por cada programa.

QUADRO 1: Suporte Financeiro

Programas	Ano	Financiamentos
PBP	2010	Auxílio financeiro, (...) valor estabelecido pelo MEC equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica (R\$ 400,00).
PET	2005	O estudante bolsista de grupo PET receberá mensalmente uma bolsa (R\$ 400,00).
PIBIC	2006	A bolsa de iniciação científica para o estudante de graduação corresponde ao valor constante da Tabela de Valores de Bolsas no País (R\$ 400,00).
PIBID	2010	Concessão de Bolsas de Iniciação a Docência (R\$ 400,00).
PIBITI	2006	A bolsa de iniciação científica para o estudante de graduação corresponde ao valor constante da Tabela de Valores de Bolsas no País (R\$400,00)

Fonte: Síntese a partir dos dados: BRASIL (2010); CNPq (2015); CAPES (2013); MEC (2013).

³ Considerando-se a necessidade de diferenciar entre as políticas analisadas neste estudo, aquelas que apresentam diretamente em seus objetivos a promoção da permanência discente, daquelas que indiretamente facilitam a permanência optou-se por denomina-las Focais e Não-Focais, respectivamente.

O auxílio financeiro não pode ser considerado o único fator responsável pela permanência discente, contudo, no momento em que falamos em democratização do acesso, mostra-se um fator de grande relevância, principalmente aos alunos de camadas menos privilegiadas da sociedade. Como pondera Zago (2006, p. 233)

Considerando toda a luta empreendida por esses estudantes (de camadas populares), o acesso à universidade representa “uma vitória” (...) Se o ingresso no ensino superior representa uma vitória, a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso.

Esta realidade presente na vida de muitos acadêmicos denota que as bolsas fornecidas podem auxiliar o discente a manter despesas básicas com a rotina acadêmica, mas nem sempre o valor é suficiente, ou a família de origem tem condições de arcar com as demais despesas. Neste aspecto observa-se que um grande número de discentes precisa aliar estudo-trabalho.

Pesquisa realizada no ano de 2011 pela ANDIFES (2011) apresenta dados quanto ao perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras e indica que mais de um terço dos estudantes trabalham. Uma característica importante observada entre os discentes da UTFPR é a quantidade de alunos que mantém ao longo do curso superior uma atividade laboral. Neste estudo dos 102 respondentes 55 afirmaram que trabalham, perfazendo mais de 50 % dos estudantes pesquisados.

Esta atividade pode ser desenvolvida em função da necessidade de manter-se financeiramente, complementando a renda familiar, auxiliando em empreendimentos familiares, bem como atuando em atividades correlacionadas com seu curso de graduação. A prática laboral é frequente tanto em acadêmicos dos cursos diurnos quanto dos noturnos, porém, observa-se que proporcionalmente os acadêmicos dos cursos noturnos referem em maior quantidade.

O termo Estudante-Trabalhador refere-se à denominação atribuída aos estudantes de cursos superiores que, além de estudarem, estão inseridos no mundo do trabalho. A problemática que envolve esse tipo de estudante [...] que está inserido no mundo do trabalho e a ele se dedica quase integralmente, difere-se em muitos aspectos do acadêmico que somente se dedica à universidade e não necessita custear seus próprios estudos [...]; entre os aspectos que necessitam ser analisados para conhecer as características desse aluno, destacam-se: a sua origem sócio-econômica, sua idade, suas expectativas profissionais, sua condição de aluno e trabalhador e em que cursos está matriculado (BITTAR, 2000, p.165).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº9394/1996) prevê, em seu artigo 47, que “as instituições de Educação Superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno [...]”, mas, assegurar a oferta de cursos noturnos implica também em garantir a permanência do acadêmico na universidade. Reconhecer que os cursos noturnos recebem estudantes que trabalham é um passo importante no sentido de tentar vencer os limites que separam o trabalho intelectual do trabalho manual (BITTAR, 2000, p. 201).

Algumas dificuldades vivenciadas pelos “estudantes-trabalhadores” foram ponderadas pelos coordenadores entrevistados, principalmente de cursos noturnos. Além de estarem divididos em dupla jornada, com frequência o horário de saída no trabalho e chegada à instituição de ensino são muito próximos, fazendo com que o aluno necessite optar, por exemplo, entre “*fazer um lanche ou tomar banho*”, quando este consegue passar em casa. Em outros casos, o aluno vai direto do trabalho para a aula. Nesta situação é difícil inclusive, que o aluno consiga ir até a biblioteca, pois todo o tempo que está na instituição está em sala de aula. Como elucidada a fala de um coordenador: “*o sonhado seria que os alunos fossem melhor remunerados, com menor carga horária de trabalho, para que pudessem estar alguns períodos na instituição durante o dia, participando de projetos*”. Outra alternativa trazida por um entrevistado é: “*O horário dos cursos noturnos deveria ser pensado com “janelas” para monitoria, reforço, grupos para discussão*”.

Alguns estudantes conseguem exercer uma atividade remunerada dentro da instituição universitária, como por exemplo, vagas de estágios disponíveis nos mais diversos setores. Um diferencial para esta atividade remunerada pontuada por Zago (2006 p. 234) é “a flexibilização de horário concedida por essas formas de admissão processadas no interior da universidade transformam-se em uma vantagem para o estudante”.

As vantagens se materializam tanto no que se refere aos recursos financeiros, quanto ao fato que proporcionam ainda a

(...) possibilidade de utilizar o computador, internet, espaço físico para estudar, além de estar em contato permanente com a instituição, nós sabemos o quanto essa condição pode representar para sua vida acadêmica. Em geral, esses estudantes permanecem toda a jornada na universidade e apropriam-se com maior intensidade da cultura acadêmica. (...) Não é sem razão que declaram seus projetos de prosseguir os estudos na pós-graduação (ZAGO, 2006, p.234).

Algumas respostas dos discentes participantes ilustram esta realidade manifesta por Zago (2006). “*Ajuda muito, principalmente na alimentação*”; “*Consigo cumprir as*

Revista de Ciências Humanas - Educação | FW | v. 16 | n. 27 | p. 38-55 | Dez. 2015

Recebido em: 15.04.2015 Aprovado em: 31.08.2015

obrigações junto a faculdade e ainda me alimento gratuitamente”; “É de grande ajuda para me manter financeiramente; “As bolsas auxiliam em muito a permanência na universidade e também na produção científica”.

Mesmo sendo visível a importância dada ao estímulo financeiro para permanência, os programas disponíveis estão atrelados também a um projeto claro de desenvolver a melhoria na qualidade da formação profissional ampliando o acesso ao conhecimento científico, estímulo ao espírito crítico, pesquisa e inovação.

FORMAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

A seguir apresentam-se excertos extraídos dos objetivos propostos entre as políticas de permanência que se relacionam diretamente à segunda categoria levantada, denominada formação técnico-científica dos acadêmicos.

QUADRO 2: Formação Técnico-Científica

OBJETIVOS	
Bolsa Permanência	I – Viabilizar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas; III – promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.
PET	I - desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; II - contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação; V - estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior.
PIBID	III - elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica; IV - inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem; VI - contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.
PIBIC	I - despertar vocação científica e incentivar novos talentos entre estudantes de graduação; III - contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional; VIII - ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura científica.
PIBITI	I - Contribuir para a formação e inserção de estudantes em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; III - Contribuir para a formação do cidadão pleno, com condições de participar de forma criativa e empreendedora na sua comunidade.

Fonte: Síntese dos objetivos dos programas: BRASIL (2010); CNPq (2013); CAPES (2013); MEC (2013).

Os objetivos extraídos dos documentos de cada programa elucidam a preocupação com a formação técnico-científica. Esta se relaciona a uma das funções historicamente designadas à universidade. Conforme afirma Santos (1997, p. 193), “a centralidade da universidade enquanto lugar privilegiado da produção de alta cultura e conhecimento científico avançado é um fenômeno do século XIX”.

Como local de formação técnico-científica, mantém-se uma expectativa que esta instituição demonstre “a excelência dos seus produtos culturais e científicos, a criatividade da atividade intelectual, a liberdade de discussão, o espírito crítico, a autonomia (...)” (SANTOS, 1997, p. 193).

Contudo, por muito tempo estes saberes foram considerados pertinentes para formação das elites, sendo confrontada cada vez mais no espaço universitário a hegemonia deste saber, diante da democratização do acesso a este nível de ensino às camadas mais populares. Compete nesta reflexão ponderar acerca dos objetivos dos programas listados acima, e seu compromisso com a ressignificação deste conhecimento técnico-científico no espaço da universidade.

Conforme pontuado pelos acadêmicos que participaram da pesquisa e utilizam as políticas de permanência disponíveis, existem contribuições no que tange à pesquisa científica, atividades de extensão e à preparação para a atuação profissional, como por exemplo: “Incentiva à iniciação científica e ajuda o aluno” (PIBIC); “Contribui como atividade de ensino, pesquisa e extensão, além da ajuda financeira (PIBID)”; “O programa tem grande influência na minha formação profissional” (PIBID); “É um programa que dependendo do objetivo não foca o trabalho apenas em uma direção (PIBIC); Faz ensino, pesquisa e extensão, o que é importante na universidade” (PET).

Nas análises dos Programas, bem como das entrevistas realizadas, foi possível perceber que a formação técnico-científica é a preocupação central, entretanto esta formação parece ampliar os domínios de tal formação para o domínio da formação integral em que as vivências acadêmicas tornam-se o diferencial em uma formação que busca dialogar em outros espaços.

FORMAÇÃO INTEGRAL

A terceira categoria que surgiu através da análise de conteúdo, foi a formação integral. Em consonância com esta temática Bardagi, (2007, p.20) afirma que “a universidade precisa preocupar-se com o desenvolvimento global do aluno, e não apenas promover o seu desenvolvimento cognitivo e profissional”. No quadro abaixo encontram-se destacados excertos de documentos dos Programas analisados, elucidando a terceira categoria:

QUADRO 3: Formação Integral

PROGRAMA	EXCERTOS/DOCUMENTOS
Bolsa Permanência	Art. 1º O Programa de Bolsa Permanência ao Estudante da UTFPR orientar-se-á pelos princípios gerais do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (...) IV. a formação baseada no desenvolvimento integral dos estudantes; VI. a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; VII. a orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania.
PET	Art.2º PET – Objetivos: “III estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica”. Art. 3º inciso 1º “o grupo PET deverá realizar atividades que possibilitem uma formação acadêmica ampla aos estudantes e que envolvam ensino, pesquisa e extensão”.
PIBIC	“O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica visa apoiar a política de iniciação científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa”. (...) São objetivos específicos do programa: (...) IX. Ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura Científica.
PIBITI	“O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação tem por objetivo estimular os jovens do ensino superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação”.
PIBID	“Art. 3º PIBID (...) I. incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica.

Fonte: BRASIL (2010); CNPq (2013); (UTFPR, 2010, p.2).

Observando-se os excertos apresentados no quadro acima, é possível perceber que os cinco programas analisados apresentam em seus objetivos, direta ou indiretamente, a formação integral, acadêmica, cultural, tecnológica e cidadã.

Refletir quanto à formação integral no âmbito da universidade possibilita retomar seu papel na formação de sujeitos, não apenas com conhecimento técnico-científico, mas situados do contexto histórico que estão inseridos, suas responsabilidades quando da atuação profissional e implicados na construção de sua história pessoal.

Buscando esta relação da universidade com o papel de formação do sujeito/ator, é interessante pontuar o que Marinho-Araújo (2009, p. 160) descreve quando “as instituições

educativas concretizam as relações entre educação, sociedade, subjetividade e cidadania”. Nesta perspectiva, Leite (1997, p.153) assevera que “Sendo a universidade um espaço privilegiado de socialização dos jovens, deveria ser também um lugar preferencial para a produção de sua consciência política e social”.

Para que a universidade possa cumprir este papel, é necessário inicialmente proporcionar aos jovens um acesso facilitado a este nível de ensino. Tendo-se tratado das ações realizadas visando à permanência dos estudantes, Sampaio destaca que,

(...) ações voltadas especialmente para a permanência dos estudantes de origem popular não se restringem ao âmbito da natureza sócio econômica, mas também de ações de natureza pedagógica e acadêmica que reconheçam e valorizem os percursos desses estudantes, criando um ambiente intelectual receptivo aos saberes que eles trazem em função de suas experiências escolares e existenciais (SAMPAIO, 2009, p.206).

Cabe ao poder público e às Instituições de Ensino Superior pensar políticas de permanência discente, tornando este período produtivo, prazeroso, criativo e desafiador. É válido ponderar que o ingresso na Educação Superior é envolvido por inúmeros desafios, que serão vivenciados de forma diferenciada pelos acadêmicos. Conforme levantado pelos coordenadores nas entrevistas, desde a adaptação à rotina acadêmica que é diferente do Ensino Médio (apesar da idade dos acadêmicos ser muito próxima), espera-se que eles tomem uma postura diferenciada, mas para tanto eles precisarão ser inseridos nesta nova realidade e esta inserção se dá aos poucos. Além disso, observam-se questões de adaptação ao Câmpus, sistema acadêmico, currículo e avaliação.

Neste estudo observou-se, por exemplo, através do relato dos coordenadores, ao falar sobre o cotidiano de seus cursos e a integração do discente com a rotina acadêmica, diretamente relacionados a atividades artísticas, culturais e esportivas, onde possam desenvolver habilidades para além das acadêmicas: Um coordenador pondera: “mais momentos de integração, como o UTFPR *in concert*, mas como uma atividade institucional onde os alunos fossem estimulados a participar e não recebessem falta por isso”.

Na mesma perspectiva outro coordenador afirma “a universidade precisa de *marcos*, eventos que os alunos esperem, com um espaço que possa abranger a todos, seja o estacionamento, a pista”; “atividades de cultura e esporte”. Além disso, um dos coordenadores entrevistados enfatiza o contato com a comunidade externa, através de ações de responsabilidade social, “envolvimento em questões sociais, aproveitar os talentos”.

Na compreensão dos coordenadores entrevistados, também seria papel da universidade atuar como facilitadora das relações, “integrando professores e alunos, alunos de diversos cursos”; “Melhorar os processos de comunicação com os acadêmicos, forma de divulgação de eventos, atividades”; “criar ambientes de convívio”.

Diante do relato dos coordenadores, pode-se perceber que estes estão vislumbrando as mudanças existentes, tanto no que tange ao envolvimento do acadêmico com as atividades institucionais, bem como quanto ao modo como estas devem ser direcionadas para uma formação mais ampla, que propicie a formação de um profissional reflexivo, preparado para atuar frente às mais diversas demandas que possam surgir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Superior está em constante modificação, considerando ser este um espaço construído historicamente e que ocupa lugar de destaque social e político. Na contemporaneidade, este nível de ensino, passa por mudanças de cunho estrutural, como flexibilidade curricular, internacionalização, acesso e permanência estão nas agendas de discussões nacional e internacional daqueles que se ocupam da ES tanto como objeto de estudo quanto como política pública.

No campo escolhido, a Educação Superior, privilegiam-se neste estudo as Políticas Públicas para permanência discente, tendo buscado compreender como ocorre a implementação e consolidação das políticas de permanência discente, tendo como *lócus* a UTFPR – Câmpus Pato Branco.

Através da análise dos dados coletados, emergiram três categorias de análise das políticas de permanência discente na UTFPR - Câmpus Pato Branco. São elas suporte financeiro, formação técnico-científico e formação integral. Tais categorias encontram-se presentes tanto nos documentos analisados, quanto no relato de coordenadores e discentes participantes da pesquisa.

A primeira categoria trata do suporte financeiro, e vale pontuar que foi evidenciado neste estudo que o auxílio financeiro não pode ser considerado o único fator responsável pela permanência discente, porém, ao falarmos de democratização do acesso à Educação Superior, mostra-se um fator de grande relevância, principalmente aos alunos oriundos de camadas menos privilegiadas da sociedade. As cinco políticas analisadas proporcionam suporte

financeiro, apesar de apenas o Programa Bolsa Permanência explicitar o foco na permanência, os demais atendem de modo indireto tal função.

Quanto à formação técnico-científica, procedeu-se análise dos objetivos propostos nos documentos oficiais, o que permitiu localizar dentre eles: melhoria na qualidade do ensino, valorização do espírito crítico e formação voltada para a pesquisa. Os discentes participantes da pesquisa destacaram nas políticas avaliadas o envolvimento que estas proporcionam aos acadêmicos, tanto em atividades do curso, quanto atividades das Instituições, bem como compreendem que tais políticas atuam como facilitadoras na articulação teoria-prática, permitindo uma formação mais ampla com vistas à aproximação com seu futuro campo profissional.

A última categoria que emergiu das análises, refere-se à formação integral, sendo esta relacionada à formação ampla de sujeitos capazes não apenas de solucionar questões práticas do dia a dia de trabalho, mas preparados para lidar com as demandas cada vez mais complexas que se impõem no cotidiano, seja pessoal ou profissionalmente. Nesta categoria destaca-se a formação discente para além dos conteúdos curriculares, como o envolvimento com a comunidade externa, eventos artísticos, culturais e esportivos.

Ao final pode-se depreender que as atuais políticas apresentam potencial para facilitar a permanência discente, bem como proporcionar a estes uma formação mais ampla e de qualidade. Considerando-se a relevância das informações fornecidas pelos atores deste processo, compreende-se que a consolidação desta poderia ocorrer de modo mais efetivo, principalmente se estes pudessem contribuir na sua construção. Tal participação não pode ser estática ou pontual, mas sim, deve possibilitar um repensar constante das políticas disponíveis e da sua efetividade frente às necessidades discentes, sabendo-se que estas podem (e vão) modificar-se na medida em que as pessoas também mudam.

Tal processo ainda é recente, considerando-se que a maioria das políticas disponíveis ainda não completou uma década, e carece de ajustes, principalmente no que concerne a admitir o caráter mutante das necessidades discentes, o que reforça a relevância da participação da comunidade acadêmica em todas as etapas do processo, permitindo que a longo prazo tais políticas passem a integrar o dia a dia da universidade ocupando o espaço que lhe compete na estrutura deste nível de ensino, podendo-se então vislumbrar sua consolidação.

ABSTRACT: The main question of this study was: "How does the implementation and consolidation of policies for student permanence occur at the UTFPR - Campus Pato Branco?" The goal of this study was to identify and analyze the implementation and consolidation of student permanence policies in UTFPR Campus Pato Branco. At first, the methodological route occurred with the exploratory research. In this process were identified major policies for student permanence that were available under the federal higher education, as the implemented in the institution. It is understood as a permanence policies both financial support as interactive activities with the university, inclusion in research groups and social integration. At UTFPR, there has been a choice to seek further information about the permanence of policies through semi-structured interviews with course coordinators and questionnaires with students. To analyze the information collected, principles of content analysis proposed by Bardin (1977) have been used and three categories emerged from the analysis process: financial, technical-scientific academic education and full-time academic education. It was concluded that policies for student permanence go beyond financial support and they are still being implemented. Such policies are gestated at the federal level and applied in the institutions. The academic community participation at all stages of the process was important.

Keywords: Higher Education. Permanence Policies. Student.

RESUMEN: Este artículo tuvo como cuestión: "cómo ocurre la implementación y consolidación de las políticas de permanencia discente en la UTFPR – *Campus* Pato Branco?" Para ello, el objetivo ha sido identificar y analizar la implementación y consolidación de las políticas de permanencia discente en la UTFPR – *Campus* Pato Branco. El recorrido metodológico tuvo inicio en la investigación exploratoria, en este proceso se han identificado las principales políticas de permanencia discente disponibles en el ámbito de la educación superior nacional, así como las implementadas en la Institución. Se entiende por política de permanencia tanto el apoyo financiero como las acciones de interacción con la universidad, inserción en grupos de investigación e integración social. En el espacio de la UTFPR se optó por profundizar las informaciones respecto de las políticas de permanencia por medio de entrevistas semiestructuradas con coordinadores de curso y cuestionarios con académicos. Para los análisis se han utilizado principios de análisis de contenido propuestos por Bardin (1977) y tres categorías emergieron en el proceso: financiero, formación técnico científica y formación integral. Se concluye que las políticas para permanencia discente van más allá del apoyo financiero y se encuentran todavía en proceso de implementación. Tales políticas son gestadas a nivel nacional y aplicadas en las instituciones. La participación de la comunidad académica se mostró fundamental en todas las etapas del proceso.

Palabras clave: Educación Superior. Políticas de Permanencia. Discente.

REFERÊNCIAS

ANDIFES, **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**, 2011. Disponível em <<http://www.prace.ufop.br/novo/pdfs/publicacoes/Relatorio%20Nacional.pdf>> Acesso em 18 abr.2012.

BARDAGI, M.P. **Evasão e comportamento vocacional de universitários:** Estudos sobre o desenvolvimento de carreira na graduação. 2007. 242f. Tese – (Doutorado em Psicologia) Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BITTAR, M.; FARIA, S. C.; HAGE, S. M. **Democratização da educação superior no Brasil:** discutindo o conceito. In. MANCEBO, D.; BITTAR, M.; CHAVES, V. L. J. (org.). Educação Superior: Expansão e Reformas educativas. Maringá, PR: Eduem, 2000.

BRASIL. **Plano de Reestruturação e Expansão da UTFPR - REUNI.** Curitiba, dez 2007.

_____. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI –** Diretrizes Gerais, Ago 2007. Disponível em <<http://reuni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 29. set.2012.

_____. Portal MEC. **Plano Nacional de Educação – PNE,** 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=1107>. Acesso em: 09. out. 2012.

CNPq. **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC.** Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/pibic>>. Acesso em: 21 mar. 2013.

_____. **Tabela de Valores de Bolsas no País.** Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/no-pais>>. Acesso em: 14 jul 2015.

LEITE, D. Aprendizagens do estudante universitário. In: LEITE, D. MOROSINI, M. (org.) **Universidade Futurante:** Produção do ensino e inovação. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1997.

MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia Escolar na Educação Superior: Novos Cenários de intervenção e pesquisa (p.155-202). In. MARINHO-ARAÚJO, C. M. (org.) **Psicologia Escolar:** Novos Contextos de Pesquisa, formação e prática. Campinas: Editora Alínea, 2009.

MEC. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.** Reuni 2008 – Relatório do Primeiro Ano, 2009. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&Itemid=1085> – Acesso em: 27.set. 2011.

_____. **Dados Prouni.** Disponível em: <http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php#conhecendo>. Acesso em: 03 jan.13.

MAINARDES, J. **Abordagem do Ciclo de Políticas:** Uma contribuição para a análise de Políticas Educacionais. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol.27, n.94, p.47-69, jan/abr., 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 26. abr. 2013.

SAMPAIO, S. M. R. Explorando Possibilidades: O trabalho do Psicólogo na Educação Superior. In: MARINHO-ARAÚJO, C. M. (Org.) **Psicologia Escolar:** Novos Contextos de Pesquisa, formação e prática. Campinas: Editora Alínea, 2009, p.203-219.

SANTOS, B.S. **Pela mão de Alice:** O social e o político na pós-modernidade. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

UTFPR. **Regulamento do Programa de Bolsa-Permanência ao Estudante da UTFPR,** Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2010.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.